

**Autor**  
Moises Maciel

# TRIBUNAIS DE CONTAS E O DIREITO FUNDAMENTAL AO BOM GOVERNO

**Prefácio**  
*Lauro Ishikawa*

**Área específica**  
DIREITO ADMINISTRATIVO.

**Áreas afins**  
DIREITO PÚBLICO, DIREITOS HUMANOS,  
DIREITO CONSTITUCIONAL, TEORIA DO ESTADO,  
CIÊNCIA POLÍTICA, DIREITO ECONÔMICO.

**Público-alvo/consumidores**  
TRIBUNAIS DE CONTAS, PROFISSIONAIS  
DA ÁREA JURÍDICA EM GERAL, GESTORES  
PÚBLICOS, PROFESSORES DE DIREITO.

**FORMATO:** 14,5 × 21,5 cm  
**CÓDIGO:** 10001640

# TRIBUNAIS DE CONTAS E O DIREITO FUNDAMENTAL AO BOM GOVERNO

MOISES MACIEL

Prefácio  
LAURO ISHIKAWA

**FORUM**

Conciliando a ideia de direito fundamental ao bom governo com uma visão atual do papel do Estado, o autor brinda a comunidade jurídica e os demais interessados no tema com um estudo de grande consistência teórica, fruto do profundo conhecimento jurídico e da experiência prática de quem compreende a realidade brasileira e as necessidades de uma sociedade que clama pela concretização dos direitos previstos na Constituição de 1988. Destaco, especialmente, a percuciente e inovadora análise da Função Social dos Tribunais de Contas e do Ministério Público de Contas, desenvolvida à luz de sua interação institucional e social, bem como tendo em vista o dever de promoção da efetividade das políticas públicas.

É uma obra que veio para fazer a diferença no direito brasileiro e, certamente, terá excelente acolhida no pensamento jurídico pátrio.

**Marco Aurélio Marrafon**

Professor de Direito e Pensamento Político na Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Mestre e Doutor em Direito do Estado (UFPR) com estudos doutorais na Università degli Studi Roma Tre – Itália. Ex-Presidente e Membro da Academia Brasileira de Direito Constitucional (ABDConst).

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com a AACR2

M152t Maciel, Moises  
Tribunais de Contas e o direito fundamental ao bom governo / Moises Maciel.  
– Belo Horizonte : Fórum, 2019.  
245p.; 14,5cm x 21,5cm  
  
ISBN: 978-85-450-0697-8  
  
1. Direito Administrativo. 2. Direito Público. 3. Direito Constitucional. I. Título.  
  
CDD: 341.3  
CDU: 342.9

Elaborado por Daniela Lopes Duarte – CRB-6/3500

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

MACIEL, Moises. *Tribunais de Contas e o direito fundamental ao bom governo*. Belo Horizonte: Fórum, 2019. 245p. ISBN 978-85-450-0697-8.

**Moisés Maciel** é Mestre e doutorando em Direito pela FADISP/SP. Graduado em Ciências Contábeis (UFRJ) e Direito (Faculdade de Direito de Cachoeiro de Itapemirim). Especialista em Direito Processual (UNAMA) e Direito Público (Faculdade Damásio de Jesus). Conselheiro Substituto do TCE/MT. Superintendente-Geral da Escola Superior de Contas do TCE/MT. Conferencista e palestrante em eventos de renome internacional.

PREFÁCIO	
<b>Lauro Ishikawa</b> .....	11
INTRODUÇÃO .....	15
CAPÍTULO 1	
DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS E DAS NORMAS JURÍDICAS .....	
	19
1.1 Os direitos fundamentais: definição e características .....	20
1.2 Efetividade dos direitos fundamentais à luz do princípio da reserva do possível e do mínimo existencial .....	29
1.3 Os direitos fundamentais e a corrupção.....	46
1.4 A norma jurídica e a sua eficácia social.....	53
1.5 Contribuição da iniciativa privada no combate à corrupção .....	64
1.5.1 A governança corporativa no setor público.....	66
1.5.2 <i>Compliance</i> e programas de integridade .....	73
1.5.3 Detecção de fraudes utilizando o <i>big data</i> .....	78
1.6 Rede de Controle: troca inter e intragovernamental de informações .....	81
CAPÍTULO 2	
DOS TRIBUNAIS DE CONTAS E DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS COMO ÓRGÃOS DE CONTROLE.....	
	87
2.1 Formas ou Espécies de Controle .....	89
2.1.1 O controle financeiro e o orçamentário .....	95
2.2 Os órgãos técnicos de controle.....	101
2.2.1 Os Tribunais de Contas no Brasil.....	101
2.2.1.1 Aspectos históricos .....	105
2.2.1.2 Da magistratura de Contas: evolução histórica .....	112
2.2.1.3 As garantias funcionais dos Auditores Substitutos de Conselheiros: uma análise constitucional .....	123
2.2.1.4 Composição dos Tribunais de Contas e sua estruturação.....	143
2.2.1.5 Das funções e da natureza jurídica dos Tribunais de Contas .....	147
2.2.1.6 Juridicidade, contratação pública e os Tribunais de Contas .....	162
2.2.1.7 O Tribunal de Contas como guardião da Lei de Responsabilidade Fiscal.....	164
2.2.2 Do Ministério Público de Contas.....	167
2.2.2.1 Aspectos históricos .....	172
2.2.2.2 Composição do Ministério Público de Contas e sua estruturação .....	174
2.2.2.3 Das funções e da natureza jurídica do Ministério Público de Contas.....	177
2.2.2.4 Dos limites na atuação do Ministério Público de Contas .....	183
CAPÍTULO 3	
A FUNÇÃO SOCIAL DOS TRIBUNAIS DE CONTAS E DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS .....	
	189
3.1 Função social manifestada na interação institucional .....	194
3.2 Função social manifestada na interação social .....	199
3.3 Função social expressa na promoção da efetividade das políticas públicas .....	211
3.4 O Tribunal de Contas, o Ministério Público de Contas e o direito fundamental ao bom governo.....	219
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	229
REFERÊNCIAS.....	231